



ANS

# ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>e-mail: [geral@ans.pt](mailto:geral@ans.pt)

## COMUNICADO

Nº: 16/2002  
Data: 28 JUL 02

### PROTELAR NÃO É A SOLUÇÃO!

O problema da desigualdade salarial com a GNR foi criado há três anos, pelo governo do Eng.º António Guterres. Desde então, a ANS utilizando todos os meios legais ao seu dispôr, moveu uma determinada e persistente luta com vista à reparação desta gritante, como incompreensível, injustiça.

Durante mais de dois anos fomos confrontados com a total falta de sensibilidade e de vontade política, por parte do Governo, para resolver o problema, apesar do reconhecimento dos diferentes ministros da tutela para a injustiça imposta aos militares por tal desigualdade.

Com a tomada de posse do actual Governo, veio o Ministro de Estado e da Defesa Nacional anunciar publicamente o reconhecimento da injustiça e a intenção de repôr a equiparação salarial entre as Forças Armadas e a GNR. Intenção reafirmada na audiência que concedeu à ANS, no passado dia 10 de Maio, tendo para o efeito determinado ao Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes que de imediato agendasse uma reunião de trabalho com a ANS.

Deste modo, acendeu-se uma luz ao fundo do túnel, e começou a criar-se um clima de confiança, tão propício como necessário, para a resolução do problema.

É assim que no princípio de Junho é apresentada à ANS uma primeira proposta de resolução, em duas fases, e que por não equiparar, como sempre se pretendeu e continua a pretender-se, os vencimentos das Forças Armadas com a GNR, a ANS não aceitou e em nova reunião de trabalho com o Secretário de Estado apresentámos e explicámos as razões da recusa, as quais foram totalmente reconhecidas. Ainda em Junho recebemos nova proposta contendo o essencial para uma resolução positiva do problema, carecendo apenas de pequenos detalhes, nomeadamente de conter mecanismos de transição, que impedissem no futuro novas discrepâncias salariais entre militares mais antigos e mais modernos. Em nova reunião de trabalho apresentámos as nossas preocupações e as soluções que, em nosso entender, tornariam a proposta ora apresentada uma boa solução e sem efeitos negativos para o futuro, as quais voltaram a receber por parte do Ministério a melhor das atenções, ficando o compromisso de rapidamente serem estudados os seus impactos e de nos ser apresentada uma nova proposta.

Neste "meio tempo" surgem novas declarações públicas por parte do Ministério, referindo que o problema estaria resolvido e prestes a ser apresentado em Conselho de Ministros.

Decorrido quase um mês após a última reunião de trabalho (dia 2 de Julho), e tendo em conta que o que faltava acertar era tão pouco, preocupa-nos o facto de ainda não haver solução definitiva para o problema. O que terá pesado para o desacelerar do processo de solução? Que razões objectivas poderão existir, e se as há, porque não somos confrontados com elas?

O tempo passa, o clima torna-se propício ao boato, (e ele surge de todos os lados e de todas as formas), a confiança começa a ficar abalada - não há confiança que resista ao passar do tempo sem solução - e estamos seguros que ninguém ganha com o adiar, com o protelar da solução.

A ANS está convicta das razões que nos assistem neste já longo processo, e assume, uma vez mais, o solene compromisso, mesmo apesar de estarmos em período de férias, de se manter atenta e determinada na obtenção da solução que vem reparar tão flagrante como reconhecida injustiça.

A Direcção

Lisboa, 28 de Julho de 2002